

EXAME DE TEORIA GERAL DO DIREITO PRIVADO

I.

António, emigrante no Vietname, resolveu deslocar-se a Portugal para estar com os seus amigos e familiares na passagem de ano. Resolveu, assim, organizar uma festa, em sua casa, para a qual convidou cerca de 20 pessoas. Como apenas conseguiu marcar viagem para Portugal no dia 30 de dezembro, António viu-se obrigado a organizar a referida festa a partir do Vietname.

Com base na informação acima referida, considere individualmente cada uma das seguintes hipóteses:

- a) António telefonou a Bernardo, dono de um supermercado a poucos quilómetros da casa de António em Portugal, encomendando tudo quanto precisava para a festa e mais umas poucas coisas de que precisaria enquanto permanecesse em Portugal. No dia 30 de dezembro, já no avião, voltou a ter, muitos meses depois, acesso a jornais portugueses, só então tendo verificado que a realização da festa que tinha programado se encontrava proibida. Assim que chegou a Portugal, contactou Bernardo, informando-o que tinha tomado conhecimento da impossibilidade de realização da festa, pelo que o que tinham combinado ficava sem efeito, apenas tendo interesse nas poucas coisas que tinha comprado para se manter em Portugal nos poucos dias em que pensava permanecer por cá. Bernardo recusa e exige que António lhe pague o valor total do que havia encomendado.
- b) A mesma situação referida na alínea anterior, com a única diferença de que, neste caso, António não telefonou diretamente a Bernardo, tendo antes enviado um email a Carlos, amigo comum de António e Bernardo, pedindo a este que tratasse das “coisas” com Bernardo que, depois, quando chegasse, António faria contas com este, o que Carlos fez.
- c) Quando António se dirigiu ao supermercado de Bernardo para levantamento do que lhe tinha adquirido, Bernardo comunicou-lhe que aplicaria na venda uma “sobretaxa de 20%”, dada a época especial em que se encontravam. Perante a insatisfação de António, Bernardo avisou-o que “era preciso ter muito cuidado com as festas de passagem de ano porque poderia sempre chegar uma denúncia à polícia”. António, a contragosto, aceitou pagar aquele montante, de modo a assegurar que a festa se realizaria, sem problemas. No entanto, no dia 2 de janeiro, voltou ao supermercado de Bernardo exigindo a devolução do dinheiro que pagara em excesso, o que Bernardo recusou com o argumento de que António só pagou porque quis e que, quanto muito, estaria disposto a receber tudo o que tinha vendido de volta restituindo a totalidade do preço, condição que sabia que António já não conseguiria satisfazer.

II.

António queria fazer negócios com Bento mas, para tal, tinha de o convencer que tinha meios financeiros suficientes para ser seu parceiro. Assim, combinou com Carlos que uma forma de convencer Bento seria a de António subscrever uma procuração a favor de Carlos a atribuir a este poderes para adquirir lotes de terreno para construção de montante não superior a 1 milhão de euros. Sendo certo que António não estava interessado em adquirir qualquer terreno, o objetivo era apenas o de que Carlos pudesse apresentar-se a Bento, como procurador de António, evidenciando perante Bento a capacidade financeira de António para realizar avultados investimentos. Carlos assim fez e apresentou-se a Bento, com a procuração que António havia assinado no dia anterior. Bento convenceu então Carlos a adquirir, em nome de António, por 1 milhão de euros, um terreno de que era proprietário e cujo valor não excederia os 500 mil euros. Para esse efeito, Bento disponibilizou-se a pagar a Carlos uma comissão correspondente a 5% do preço. Carlos aceitou e o contrato de compra e venda foi imediatamente celebrado. Quando Bento se apresenta a António exigindo o pagamento do preço do terreno vendido, este recusa-se a pagar. Quais os fundamentos em que António poderia assentar esta recusa?